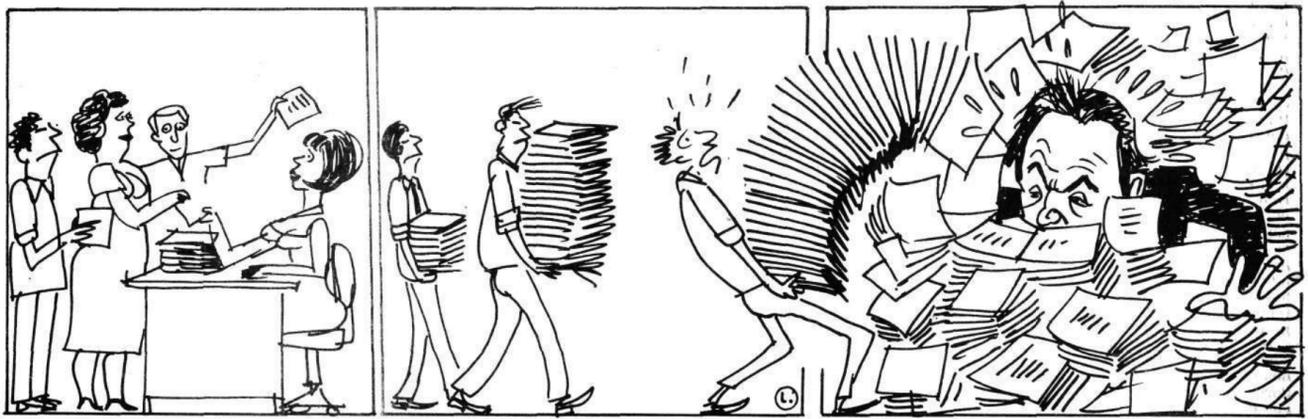


O BALANÇO DA CONSTITUINTE

O que se fez e se deixou de fazer pela Carta

O substitutivo que o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) vai apresentar hoje à tarde à Comissão de Sistematização (se realmente o fizer) é o resultado de 204 dias de trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, desde sua instalação, em 1º de fevereiro. Durante esse período, foram produzidas quase 60 mil emendas e sugestões, elaborados 32 anteprojetos nas subcomissões e nas comissões, realizadas centenas de reuniões plenárias etc etc etc. E o resultado, ao contrário do que se poderia supor, não é um texto consensual, aceito pelas maiorias. Há ainda muita água a rolar até que o País tenha uma Constituição. O projeto de Cabral ainda vai ser emendado, votando na Comissão de Sistematização, submetido em plenário a uma primeira votação. Depois, retornará à Sistematização, será novamente emendado e irá outra vez a plenário. Se tudo corre bem, a nova Carta estará pronta para ser promulgada no início de dezembro, dez milhões de xícaras de café e 5 bilhões de cruzados depois de 1º de fevereiro.



Nos gastos, 4 milhões de xícaras de café

ADRIANO LAFETA
Da Editoria de Política

Alguns folhinhas a mais e o papel gasto na Constituinte até esse primeiro projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral daria para ligar o iapoque ao Chui, cruzando o país de Norte a Sul. São 4.039 quilômetros de extensão, dispostas as folhas uma atrás da outra. Colocadas uma sobre a outra, a altura seria de mais de 25 vezes o prédio de 28 andares do Congresso Nacional. Numa balança, pode-se tranquilamente, colocar num prato (se for possível encontrar um do tamanho) 102 elefantes adultos (com 7 toneladas cada) que ela ainda vai pender para o lado do papel, com suas 715 toneladas, a menos que se acrescente do outro lado os respectivos marajás.

Esse foi o gasto no Centro Gráfico do Senado Federal, não computados portanto os papéis usados nos 559 gabinetes dos constituintes, nas lideranças dos partidos, os que vieram de fora etc. Entraram na conta as publicações de subsídio à Constituinte, os trabalhos executados para as subcomissões e comissões temáticas, o Diário e o Jornal da Assembleia Nacional Constituinte e os trabalhos impressos. Só as emendas de plenário e populares devem acrescentar a essa despesa, hoje por volta de C\$ 40 milhões, mais 15.000 quilos de papel.

E O CAFÉ?

Cada um tomando apenas uma xícara, só 28 Maracanãs

lotados para sorver o café consumido nessa fase da Constituinte. Foram 4 milhões e 200 mil xícaras, numa média de 3 mil xícaras de pó por mês. Para transportar todo o café gasto, estimado em 21 toneladas, seriam necessárias 38 camionetes Saveiro com mil pessoas, dava para cada uma fazer "boca-de-pito" mais de uma vez — ainda mais eliminando-se os que não bebem café.

Tudo isso, claro, não foi de graça. O orçamento do Legislativo para este ano já se esgotou: C\$ 3 bilhões. Como ainda há quatro meses pela frente, prevê-se a necessidade de mais C\$ 2 bilhões. Mas também não foram gastos em vão. Só nas subcomissões foram realizadas 360 reuniões, sendo que 100 delas públicas, onde mais de 300 pessoas foram ouvidas, entre representantes de entidades civis, órgãos públicos, empresas privadas, associações e Ministérios, rendendo 1.340 sugestões — por escrito.

Nas oito comissões temáticas aconteceram 90 reuniões, em que foram apresentadas 14.920 emendas. Com elas, os constituintes produziram 1.808 artigos, que, após os acordos e votações, resultaram em 685, encaminhadas à Comissão de Sistematização. Mas para chegar ao projeto do relator agora divulgado, foram apresentadas oficialmente 58.939 sugestões, desde a fase anterior às subcomissões, inclusive nas centenas de sessões plenárias realizadas até agora. Só mesmo com muito papel e cafezinho...



José Richa, Prisco Viana e Euclides Scalco: destaques na negociação de temas polêmicos

Surgem as primeiras "estrelas"

Antes de chegar à sua parte mais estreita o funil da Constituinte já está por se entupir de corpos estranhos. Desenhado a partir de uma base de 24 subcomissões, com oito comissões temáticas ao meio e a Comissão de Sistematização na ponta, desembocando tudo no plenário da Assembleia Nacional, foi sendo enchido por grupos de diversas tendências que mais pareciam supercomissões. E isso, sem contar os milhares de lobistas que se penduram nas bordas prontas para pular dentro a qualquer momento.

Sem se preocupar em salgar a receita com o excesso de tempero, o senador José Richa (PMDB/PR) juntou, um mesmo saco, políticos como Israel Pinheiro Filho (PMDB/MG), Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), Prisco Viana (PMDB/BA), Afif Domingos (PL/SP), César Maia (PDT/RJ) e Fernando Santana (PCB/BA). Não chegaram a criar um "Hulk" que já começa a descer flutua abaixo, trombando vez por outra com um pouco menos exóticos companheiros de grupos distintos.

O 32 (número de membros e nome do grupo que lidera) do senador José Richa, carregado com calibres comunistas, pefelistas, pedessistas, pedetistas, peemedebistas e liberais, é uma cartucheira de peso. Mas também não se pode desprezar os "moderados" do líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA) e o "Grupo do Consenso" articulado pelo ex-chefe do Gabinete Civil do Paraná no governo Richa, Euclides Scalco (PMDB/PR).

Os "Moderados" se dizem 120, mas devem somar 80. Já o pessoal do "Consenso", passa de 100. O primeiro funciona como uma espécie de balança disposto a pender sempre para o lado do Palácio do Planalto, enquanto os grupos de Richa e de Scalco seriam estimulados pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Há quem suspeite, inclusive, que o ex-governador e seu ex-chefe do Casa Civil trabalham num mesmo sentido, embora o "Consenso" esteja à frente em termos de propostas progressistas.

A reforçar essa tese, é muito sintomática a liberdade de trânsito, nos dois grupos, do senador Virgílio Távora (PDS/CE). E a constatar, há os projetos diferentes. Enquanto os 32 de Richa pescam do funil a definição de empresa nacional, para que seja regulamentada em lei ordinária, o grupo de Scalco quer amarrá-la na Constituição, portanto dentro do funil. E, enfim, um molhando e outro enxugando, de forma que estão sempre ligados.

Mas a guerra do funil não termina nesses três grupos. Pouco disposto a negociações, começa a deitar alguma sombra sobre eles o Movimento Unidade Progressista (MUP). O núcleo inicial era inteiramente peemedebista, englobando a esquerda do partido, com nomes como os de Nelson Friedrich, Cristina Tavares, Domingos Leonelli, José Carlos Sabóia e muitos outros, mas os pequenos partidos progressistas começam a engrossar suas fileiras.

DE PRIMEIRA

Todos devem escrever a nova Carta, sem que haja constituintes de primeira e de segunda categoria, reclamavam nos primeiros dias da Assembleia, aqueles que repudiavam a ideia de criação de uma grande comissão que trabalhasse por todos. A verdade é que a Comissão de Sistematização não se constituiu noutra coisa, embora dissimulada. Mas seu poder de

fogo, vê-se agora, com o surgimento dos "32", "Moderados", "Consenso" e "MUP", acabou se esfriando.

Alguns não têm pudor em dizer que a Sistematização perdeu espaço porque seu relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), não soube ocupar. Primeiro, lembram, Cabral, que seria o principal personagem da história da Constituinte, nomeou um grupo de relatores auxiliares, pluripartidário, para se contrapor aos relatores adjuntos, todos peemedebistas e considerados progressistas. Depois, escolheu o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP) para seu substituto e acabou engolido por ele.

O sociólogo paulista seria hoje, nesse raciocínio, o relator de fato da futura Constituição brasileira liderando os adjuntos Nelson Jobim, Carlos Wilson e Wilson Martins. Pela janela, teria entrado no grupo o deputado Adolfo Oliveira (PL/RJ), único contrário aos quadros do PMDB. Já os auxiliares se compunham do liberal "penetra" dos adjuntos, mais a deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ) e os deputados vivaldo Barbosa (PDT/RJ) e Konder Reis (PDS/SC) e do senador Virgílio Távora (PDS/CE).

FORA DA TOCA

Nessa história toda, o tetrapresidente Ulysses Guimarães vinha deixando os figurantes atuarem em script próprio até a semana passada, quando se desentocou para assumir o controle das negociações. De cara, enquadrou o deputado Bernardo Cabral, que anunciava a apresentação de seu substitutivo para os líderes partidários. "Primeiro, para o PMDB", ordenou Ulysses, para ser prontamente atendido.

Resta saber se as presidências da Constituinte, da Câmara, do PMDB e, eventualmente, da República, lhe permitirão se manter à frente das complicadas negociações. Se deixar novamente o funil, o projeto de Constituição poderá demorar a pingar no plenário, atolado na lamaca de grupos, relatores, lobistas e afins, e Ulysses acabará atropelado na sua obsessiva disposição de promulgar a Carta em 15 de novembro.

O parto difícil era previsto desde a fase da fecundação, quando começou a guerra do Regimento Interno, tendo como pano de fundo a soberania da Constituinte. Foi quando a direita, a esquerda e o centro mostraram suas garras pela primeira vez. Depois elas nunca mais se recolheram.

GARRAS DE FORA

Na fase das subcomissões e das comissões temáticas, os lobistas também já estavam presentes com suas armas. Apareciam nas sessões, cercavam constituintes nos corredores, interrompiam discussões aos gritos. Mas as estrelas mesmo nunca deixaram de ser os próprios constituintes. E cada comissão tinha as suas. Na que tratou da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, a maior delas foi o relator José Bisol (PMDB/RS).

Havia nada menos que 26 evangélicos na comissão, mas Bisol não se intimidou, apresentando um parecer polêmico, considerado tão progressista que a qualificação menos contundente que encontraram para ele foi a de "louco". Era para invejar o presidente da Comissão da Organização do Estado, José Thomaz Nonó (PFL/AL), que apostou no consenso e viu seu relator, José Richa, ser o primeiro a entregar o parecer. A briga no seu grupo era pela criação dos Estados de Tocan-

As 24 subcomissões: foi aqui que tudo começou

ILARA VIOTTI
Da Editoria de Política

As 24 subcomissões temáticas da Assembleia Nacional Constituinte foram instaladas no dia 7 de abril e encerraram suas atividades entre os dias 23 e 25 de maio. Ao longo dos mais de 40 dias de trabalho (divididos em duas fases: uma de elaboração de um "pré-texto" outra de apresentação de emendas e votação do anteprojeto definitivo), foram públicas (cerca de 100), e nestas foram ouvidas mais de 300 pessoas, entre representantes de entidades, organizações públicas, empresas privadas, associações e ministérios, que deixaram, por escrito, 1.340 sugestões às subcomissões.

Na primeira fase os constituintes não apresentaram emendas, já que o trabalho de elaboração da Constituição estava partindo do zero. A manobra encontrada então foi chamar também de "sugestões" as propostas que os membros das subcomissões quisessem fazer ao texto. As sugestões de parlamentares somaram, nesta primeira fase, 9.653. A partir daí, os relatores montaram seus anteprojetos, que somados, tinham cerca de 500 artigos.

Teve início a fase de apresentação de emendas — no total 6.417. Os relatores então refizeram o anteprojeto — batizado de substitutivo — para ser apresentado ao plenário da subcomissão. No último final de semana de maio os substitutivos começaram a ser votados, em sessões tranquilas onde foi possível obter acordo e tumultuadas onde não foi possível encontrar o consenso. Somados, os anteprojetos encaminhados

às comissões temáticas têm 685 artigos.

Algumas comissões tiveram mais trabalho que outras ao longo do processo. A que tratou dos tributos, participação e distribuição das receitas, teve o acompanhamento cerrado dos representantes da Associação Brasileira dos Municípios, que "invadiram" a cidade naquele período para fazer valer suas posições. Em cada sessão, chegavam a falar cinco representantes de entidades, muitas vezes até a noite. Foram ouvidos pela subcomissão o ex-secretário da Receita Federal, Guilherme Quantilha, vários secretários da Fazenda dos Estados, professores universitários.

Cada entidade ouvida, deixava sua contribuição. Mesmo as mais exóticas, como o grupo Triângulo Rosa, uma associação de homossexuais, deixaram propostas em uma ou mais comissões, já que houve muita acumulação de temas nas diversas subcomissões. As subcomissões que trataram os chamados temas polêmicos — reforma agrária, questão econômica, comunicação e ensino, entre outros — receberam o maior número de emendas — a do direito dos trabalhadores e servidores públicos bateu o recorde: 466 emendas. A que menos recebeu emendas foi a da garantia da Constituição, reformas e emendas — apenas 70.

A subcomissão que mais se reuniu foi a dos direitos e garantias individuais — 25 vezes — e a que menos se reuniu foi a da organização do Estado, com apenas 11 encontros entre seus membros. Em média, as subcomissões realizaram 15 reuniões durante o período em que funciona.

Comissões: haja polêmica

As oito comissões temáticas da Constituinte foram instaladas no dia 1º de abril, mas só começaram a trabalhar efetivamente na elaboração dos anteprojetos na última semana de maio, depois de as subcomissões encerrarem a sua parte. Na primeira quinzena de junho, as comissões realizaram cerca de 90 reuniões, no mesmo molde das subcomissões. Aconteceram audiências públicas, mas foram ouvidos principalmente representantes de entidades públicas e ministros de Estado.

Entre os 685 artigos que chegam às temáticas e os 685 artigos que foram encaminhados dia 15 de junho à Sistematização, houve a apresentação de 14.920 emendas, que resultaram na confecção de 1.808 artigos, reduzidos, através de acordo e votação, além do trabalho dos relatores, aos 685 finais. A comissão que mais recebeu emendas foi a da Organização dos Poderes e Sistema de Governo — 2.607 — e a que teve menor número de emendas foi a da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições — 1.057.

Nesta fase, os anteprojetos foram construídos à custa de muita discussão. Na Comissão que tratou da questão da Comunicação, Educação, Ciência, Tecnologia e Família, por exemplo, o acordo foi impossível, a ponto

de, oficialmente, não ter sido produzido um anteprojeto. O relator, deputado Artur da Távola (PMDB/RJ), encaminhou à Sistematização, uma cópia de seu substitutivo, junto com as propostas dos membros da comissão, embora o plenário não tenha aprovado nenhum texto. Na comissão da Ordem Econômica o relator — senador Severo Gomes (PMDB-SP) praticamente remontou seu anteprojeto a partir das emendas, aproveitando pouco das propostas das subcomissões.

Na fase de votação dos substitutivos dos relatores das comissões temáticas, nem tudo foi acordo. A presença de grupos de pressão nas galerias contribuiu para que as divisões entre os diversos tendências, no plenário, se acirrassem. Ainda assim, em média, foram utilizados 60% dos anteprojetos das subcomissões temáticas. O que mais consumiu o tempo e as discussões entre os constituintes foram as modificações no texto dos artigos a serem votados.

Até o final da fase das comissões temáticas, foram apresentadas, por constituintes, um total de 21.271 emendas. Colocadas uma ao lado da outra, no sentido do comprimento, elas teriam a extensão de 6,3 quilômetros; colocadas uma em cima da outra, fariam uma pilha de 2 metros. (I.V.)

Quase 60 mil sugestões

LAURENCE NOLETO
Da Editoria de Política

Quase 60 mil sugestões (58.939) já foram oficialmente apresentadas ao texto da nova Constituição brasileira, por parlamentares e populares, desde a fase das sugestões iniciais, que orientou as primeiras discussões nas subcomissões formadas de princípio, até as fases mais recentes, de emendas de plenário e populares. E, dentro de todos os temas em discussão, mereceram maior atenção dos constituintes e também dos eleitores, aqueles ligados à Ordem Social, que inclui os direitos dos trabalhadores.

Os constituintes apresentaram 4.653 emendas sobre esses assuntos até hoje, não se computando as de plenário, ainda não registradas no banco de dados da Secretaria de Documentação e Informação do Senado. E, através das emendas populares, os eleitores brasileiros encaminharam à Assembleia Nacional Constituinte 28 emendas com sugestões sobre os direitos dos trabalhadores, aposentados, sa, trabalhadores rurais, donas-de-casa etc., demonstrando que apesar da crise de credibilidade por que passam os políticos brasileiros estes não estão de todo afastados das questões que mais preocupam o povo que representam.

Desde a fase inicial dos trabalhos da Constituinte, têm também despertado a atenção dos deputados e senadores os assuntos relacionados à organização dos poderes e sistemas de governo, com 3.178 emendas apresentadas na fase das discussões nas comissões, e os temas relativos aos sistema tributário a ser definido para o País, que somaram 2.428 emendas no mesmo período. E, de todos os artigos constantes de anteprojetos e substitutivos aprovados pelas nove comissões de trabalho, o que recebeu mais emendas foi o nº 13, que trata dos direitos sociais dos trabalhadores rurais e urbanos. Os constituintes fizeram 432 emendas a ele.

Mas, se esse tema, sozinho, recebeu emendas suficientes para que fosse elaborado praticamente outro Projeto de Constituição (o projeto da Comissão de Sistematização tem 496 artigos), existem também os temas que passaram praticamente as fases de discussão praticamente em "brancas nuvens". E o caso do artigo 42, que confere aos militares, policiais militares e bombeiros o exercício de qualquer direito político; do art. 71, que assegura aos estados federados e ao Distrito Federal a possibilida-

de de associar-se, para efeitos administrativos, em regiões de desenvolvimento econômico e os municípios em áreas metropolitanas ou microrregiões; e do art. 72, que trata também das regiões limítrofes. Cada um desses artigos recebeu apenas uma emenda durante todo o período de duração da Constituinte.

Depois de apresentado o anteprojeto de cada relator de Subcomissão, os parlamentares apresentaram 6.360 emendas. Na fase seguinte, já com vistas à modificação do anteprojeto do relator da Comissão, os constituintes fizeram 7.727 sugestões e, depois, mais 7.184 emendas ao substitutivo do relator da Comissão. Quando as propostas começaram a ser afinadas, já na Comissão de Sistematização, esses números baixaram muito, tendo sido registradas 4.638 emendas de mérito ao anteprojeto de Constituição e 977 emendas de adequação. E, agora que se aproxima a fase final para inclusão de qualquer proposta, os constituintes recarregaram as baterias e apresentaram 20.716 sugestões, como emendas de plenário.

O próximo passo a ser dado é um dos mais importantes do ponto de vista da participação do povo na elaboração da sua Constituição, começa provavelmente no dia 25, com as sessões destinadas à defesa das emendas populares. Das 222 emendas recebidas pela Comissão de Sistematização, 39 foram indeferidas, por não apresentarem todos os requisitos exigidos pelo regimento da Constituinte. E, das 39, apenas uma não foi inscrita por um parlamentar, não tendo sido, portanto, aproveitada como emenda de plenário.

Mas, apesar de endossadas por mais de 11 milhões de eleitores, as emendas populares só serão defendidas depois de já terminada mais uma fase da Constituinte. E que já está praticamente pronto o substitutivo do Projeto de Constituição, que está sendo elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, fora até mesmo das dependências do Congresso Nacional. O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Sistematização, tem se reunido diariamente com seus relatores-adjuntos e outros parlamentares, nas dependências do Banco do Brasil, não considerando as defesas das emendas populares que só começam a ser feitas a partir da próxima semana.

EMENDAS DA 2ª FASE

COMISSÃO	EMENDAS		TOTAL POR
	ANTEPROJETO	SUBSTITUTIVO	
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	630	711	1.341
II - Comissão da Organização do Estado	557	536	1.093
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	1.454	1.153	2.607
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições	488	569	1.057
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	1.164	917	2.061
VI - Comissão da Ordem Econômica	1.106	953	2.059
VII - Comissão da Ordem Social	1.282	1.179	2.461
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	1.047	874	1.921
Total por Fase de Apresentação	7.728	7.192	14.920